Cambios, sí, pero no mucho: mesmo com o "digital", o *broadcasting* resiste[1]

Daniel FONSÊCA[2]
Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ

RESUMO
A implementação da televisão digital terrestre, transmitida pelo espectro eletromagnético hertziano aberto, estabeleceu diferentes expectativas em vários países, a exemplo do Brasil, Argentina, França e da Espanha em distintos momentos. Entretanto, tanto do ponto de vista político-normativo quanto do da visão do consumo mesmo do meio, a televisão segue, em grande parte, baseada nas mesmas lógicas "analógicas" do antigo *broadcasting*. Tendo como pano de fundo esse repertório, este trabalho busca verificar e identificar, numa abordagem analítico-descritiva, os diferentes graus de efetividade das mudanças que, em tese, viriam juntamente com a TV digital terrestre, com especial detalhamento para o caso brasileiro. Em síntese, chega-se à conclusão preliminar de que o setor que mais tem se favorecido do processo de digitalização é a indústria eletroeletrônica.

PALAVRAS-CHAVE: TV Digital; Brasil; Broadcasting; Expectativas; Indústria eletroeletrônica.

A construção idealizada em torno da digitalização da televisão, no Brasil, ainda que tenha ocorrido com relativo atraso se comparado à Europa e aos Estados Unidos, deu-se em consonância com as apostas transformadoras que foram feitas em nível mundial. Em países europeus, como França e Espanha, e latino-americanos, a exemplo de Brasil e México, não foram poucas as promessas delineadas em prolongadas cartas de intenções por governos. Nada aconteceu por inércia de ações ou por incompetência gerencial dos governos ou ainda pela fatal imutabilidade dos mercados de radiodifusão locais, como se inexistissem interesses reativos, contrários às mudanças *possíveis* com a TV digital. Pelo contrário: as questões envolvidas no tabuleiro da digitalização da televisão expõem interesses do Estado, das empresas de radiodifusão, das operadoras de telecomunicações e da indústria eletrônica de consumo – para ficar nos setores com objetivos mais diretos –, mas, se muito, apenas tangenciam o atendimento a demandas da ampla maioria social.

O discurso dominante faz uma apologia entusiasmada às tecnologias com abordagem determinista, mas "as corporações tomam a dianteira e, sem esperar pelos lineamentos das políticas públicas, oferecem serviços que dão como resultado uma mudança substantiva da vida cotidiana dos indivíduos" (Miguel, 2009, p. 47). Também não é exclusividade brasileira a frustração com as potencialidades da TV digital. Luís Albornoz e Maria García Leiva (2012a, p. 35 e 40) confirmam as esperanças lançadas pela digitalização, mas os dois chegam à conclusão de que, pelas experiências havidas na Europa, fica claro que "fatores preexistentes condicionam a TV digital". Isso implica reconhecer que a "era digital" não funda outra lógica que regula e normatiza as comunicações, mas

[1] Trabalho apresentado no GP Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura, XIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.
[2] Doutorando em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação da UFRJ – fonsecaufc@gmail.com

mantém e até fortalece as arquiteturas institucionais (políticas, econômicas e até jurídicas) dos países envolvidas pelas indústrias do setor.

Tanto que, como pano de fundo dos discursos, também se identificam registros de que a radiodifusão, embora tenha histórias profundamente diferentes em cada país, é condicionada por uma intersecção de fatores nesse período de transição tecnológica. "Coquetéis" de questões comuns atravessam a maioria dos contextos da implementação da TV digital, como a pouca relevância do marcos regulatórios, a desconsideração das posições da população[3] e o peso dos *lobbies* televisivos (Bustamante, 2012, p. 19). Na América Latina, a transformação do audiovisual também traz um perfil compartilhado que é composto por uma forte desregulação (ou "re-regulação"), transnacionalização e concentração dos mercados (Badillo; Marenghi, 2011, p. o6). Enrique Bustamante (2012, p. 18) verifica uma "curiosa unanimidade" nas razões alegadas pelos discursos governamentais para justificar os prazos impostos, as transições apressadas e o papel estatal em casa um dos pontos da transição.

Os atos (sejam leis, decretos ou portarias) baixados trazem uma série de justificativas e objetivos bem delineados, o que também ocorreu no caso brasileiro. É, em suma, uma tecnologia "em campanha" com a chancela do Estado e o financiamento privado, como também acontece com as eleições convencionais. Nessa etapa de convencimento, propostas bem similares rechearam documentos oficiais acerca da TV digital, embora não necessariamente cumpridas pelos governos: diversidade no audiovisual, pluralidade de vozes, benefícios para a cultura nacional, a universalização do acesso à "sociedade da informação" e oferta de serviços interativos são alguns dos itens bastante reincidentes. "Paira, sobre todas essas argumentações, uma marca permanente de modernidade, de grande façanha tecnológica que impregnaria o país, somente pela sua conquista, de uma 'nova fronteira' de inovação", indica Bustamante (2012, p. 18). A centralidade da tecnologia, eixo transversal também presente nas alegações, busca diluir as implicações que realmente importam para os principais agentes econômicos, seja a revalorização do *broadcasting* pelos radiodifusores, seja a conquista de mais e melhores faixas de frequências pelas operadoras telecomunicações. A análise de casos específicos da América Latina permite dizer, ainda, que a adoção dos sistemas de televisão digital terrestre é "um processo econômico-político, ainda que permanentemente se disfarce de tecnológico" (Badillo; Marenghi, 2011, p. 17).

No histórico da constituição dos *media* latino-americanos, mantém-se o peso engessado de um modelo comercial cuja sustentação não sofre abalos mais forte mesmo apesar de toda as dinâmicas que os diferentes setores vêm experimentando em nível mundial. As heranças do *modus operandi* que resultou no cenário encontrado hoje na maioria dos países do continente são bem mais do que vestígios. As estruturas de mercado constituem uma "aproximação analítica no panorama infocomunicacional"

[3] Segundo ele, um símbolo de partidos "não necessariamente coerentes". Ele não faz referência direta, mas se pode inferir que os casos da própria Espanha, com o socialista José Luis Zapatero, e da França, com François Mitterrand.

que pode ser bem visualizada em eixos como acesso, estrutura e concentração. No heterogeneidade da região, as empresas que disputam os mercados das comunicações inserem-se e estabelecem-se em "cenários regulamentares confusos e, em muitos casos, obsoletos" (Becerra; Mastrini, 2008, p. 28). Os maiores grupos apontados como responsáveis pelos processos de concentração horizontal, vertical e conglomeral são *Telefónica* (Espanha), *Telmex* (México), *Televisa* (México), *Globo* (Brasil), *Cisneros* (Venezuela) e *Clarín* (Argentina). Ao tempo que a perdem terreno para as telecomunicações na comparação de faturamento bruto, implicando também perdas de divisas para os países, os grupos de comunicação nacionais, com exceção da Argentina[4], tendem a procurar manter a influência política junto ao governo e à sociedade pela radiodifusão aberta, enquanto simultaneamente exploram o mercado de TV paga, no qual controlam diversas etapas da cadeia (produção, programação, empacotamento e distribuição). Por isso, na Argentina, o grupo *Clarín*, que privilegia a televisão a cabo, reagiu fortemente à revisão da legislação da radiodifusão promovida pela *Ley de Medios* em 2009. No Brasil, a *Globo* e outras empresas também não vacilam em atacar frontalmente qualquer tentativa no mesmo sentido, ainda que seja restrita ao setor de TV por assinatura, como ocorreu na tramitação do projeto que deu origem à Lei nº 12.485/11[5].

Há, ainda, o aspecto político conjuntural, composto pela instalação de governos com matizes mais à esquerda, o que deixa, em parte, a estrutura estatal do Executivo e do Legislativo comparativamente mais porosa às demandas sociais do que em épocas anteriores. Martín Becerra e Guillermo Mastrini (2008, p. 27) prospectavam, em 2008, que a mudança de rota das administrações nos países poderia marcar a irrupção de estratégias de regulação estatal que colocariam "a evidência sobre a concentração de propriedade nas indústrias infocomunicacionais como um dos eixos de controvérsias". Luis A. Albornoz e Maria García Leiva (2012b, p. 275) avaliam que os governos da Argentina, Brasil, Bolívia, Equador, Venezuela e Uruguai se caracterizam por "desenvolver ativas políticas no campo da comunicação tendentes a reorganizar os meios estatais e apoiar os comunitários e alternativos".

Esse entendimento pode aplicar-se aos casos da Argentina, com a *Ley de Medios* (2009); da Bolívia, cuja Nova Constituição Política do Estado (também de 2009), aprovada no governo de Evo Morales (2006-) prevê o direito à comunicação como fundamental e veda a existência de oligopólio ou monopólio; do Equador, onde o presidente Rafael Correa (2007-) deu início a um processo de revisão do marco regulatório das comunicações; da Venezuela, que foi reconfigurada em diversos setores nos dois governos de Hugo Chávez (1999-2012), o que inclui a radiodifusão, inclusive com revisão e

[4] Onde a TV paga (por cabo) tem penetração em cerca de 80% dos domicílios (Becerra, Mastrini, 2008), com supremacia do grupo *Clarín*.

[5] A nova legislação unificou a regulamentação das modalidades de cabo, DTH e de MMDS que antes eram regulamentadas por diferentes normas e passou a denominar a TV por assinatura de "Serviço por Acesso Condicionado (SeAC)".

cassação de concessões de TV; e, finalmente, do Uruguai, no qual o presidente José Mugica (2011-), independentemente do mérito do sistema japonês, não só reviu a anterior decisão pelo DVB-T, mas também tem impulsionado interessantes debates sobre a comunicação no país. O problema é adicionar o Brasil[6] sob o comando de Luiz Inácio Lula da Silva e, agora, de Dilma Rousseff no mesmo campo dos chamados *governos progressistas* da América Latina – pelo menos em termos de comunicações, levando-se em contra as posições dos governos petistas na área.

Na Argentina, o subterfúgio de utilizar o *sujeito* "tecnologia" como responsável pelas definições fica bastante evidente, tamanhas foram as mudanças de rumo na política de TV digital no curto período de dez anos, a partir de 1999. Sob os dois governos de Carlos Menem (1991-1999), o país caminhava celeremente para adotar o sistema estadunidense ATSC, seguindo as lógicas mais abrangentes de colaboração político-econômica entre ambos[7]. No final daquela década, após resolução presidencial baixada em 1998 que apenas confirmou o que já se prenunciava, o *Canal 13*, emissora do mais tradicional e influente grupo de comunicação do país (*Clarín*) chegou até a fazer transmissões em fase de testes com essa norma de TV digital. Entretanto, a crise econômica de 2000 e a uma sequenciada mudança de presidentes acabaram reorientando o entendimento do governo quanto a essa decisão. A presidência de Fernando De la Rúa entendeu que a definição anterior havia acontecido "sob fundamentos incorretos, com testes inexistentes, sem qualquer coordenação com o Brasil e com base em considerações falsas sobre a norma europeia DVB. Portanto, deveria ser revisada" (Krakowiak; Mastrini; Becerra, 2012, p. 199). Com todo o debate suspenso, foi somente no governo de Néstor Kirchner (2003-2007) que se voltou a tratar da transição para o digital, já em meio a um diferente contexto geopolítico, após a eleição de Lula no Brasil. Nessa retomada, o governo voltou a privilegiar, como interlocutores, os radiodifusores comerciais.

A cronologia de fatos da TV digital argentina é a expressão de pelo menos três processos que se integram: a tentativa de equilibrar as relações com os setores de radiodifusão e de telecomunicações, a aproximação com os países *progressistas* do continente e o isolamento, pelo governo, de qualquer participação relevante da sociedade civil, que não teve assento nos fóruns montados para tratar do tema. Após diversos gestos nas relações internacionais entre Brasil e Argentina, sob o guarda-chuva do Mercosul, a decisão da presidenta Cristina Fernández Kirchner foi oficializada em setembro de 2009, com a publicação do Decreto nº 1148/09, que apresenta os objetivos[8] do Sistema Argentino de Televisão

[6] Como se aborda, nesta pesquisa, na seção dedicada à análise de conjuntura da implementação do SBTVD.
[7] Essa relação, que significava mais uma dependência argentina do que uma relação bilateral, chegou ao auge no final dos anos 1990, quando, com o estrangulamento da economia do sul-americano, originou-se uma crise aguda que impôs um freio geral a processos de inovação e de investimento, o que incluiu a TV digital.
[8] Logo no primeiro artigo, confirmando mais uma vez o diapasão governamental internacional sobre a digitalização da TV, o governo argentino copiou, quase literalmente, os objetivos já encartados nas Exposições de Motivos dos dois principais decretos que regulamentaram o SBTVD.

Digital Terrestre (SATDT[9]). Assim, a resolução final tomada pelo governo expôs, tacitamente, que as diferenças tecnológicas não são nem nunca foram determinantes para a escolha do sistema de TV digital e estabeleceu como requisitos pautas econômicas – investimentos no país, geração de empregos, transferência de tecnologia e pagamento de *royalties* – e geopolíticas, numa aliança estratégica com o Brasil que vai além da TV digital. Mantendo a tônica da maioria dos países, os governos do país tiveram um papel pouco transparente até o momento da escolha do ISDB-T, mas a atuação não tem parâmetros nos países vizinhos: "instalou antenas, distribuiu gratuitamente decodificadores e destinou dinheiro para a produção de conteúdos digitais" (Krakowiak; Mastrini; Becerra, 2012, p. 197 e 201-202). Antes, com medidas bastante polêmicas, o governo distribuiu as consignações de canais digitais para ramificar o sistema, cujas transmissões começaram com a estatal *Radio y Televisión Argentina Sociedad de Estado* (RTA) em julho de 2010. Os primeiros beneficiários foram exatamente empresários próximos ao grupo político da presidenta, de não deu explicações sobre sobre haver desrespeitado vários procedimentos previstos no decreto que regulamentava o SATDT.

Por outro lado, no que diz respeito aos conteúdos, a fim de garantir o sucesso da digitalização, o governo de Cristina Fernández tem lançado editais para remunerar direitos autorais e fomentar, com milhões de pesos, a produção audiovisual independente, e cria canais públicos segmentados (infantis, por exemplo) para atender a população que aderiu à TV digital, já que os empresários demonstram evidente desinteresse em investir na tecnologia. Outro diferencial do país foi a concomitância da revisão do marco legal da radiodifusão com a implementação da TV digital. A chamada *Ley de Medios*[10] foi sancionada semanas depois da instalação do SATDT, traz, numa estrutura bem completa e fundamentada, importante instrumentos regulatórios como a democratização do uso do espectro, o limite à propriedade, a abertura para participação social, as cotas e o fomento a conteúdos regionais e independentes etc. No entanto, Krakowiak, Mastrini e Becerra (2012, p. 204-205) avaliam que a nova legislação "não dá conta da convergência e não se encontra articulada com a política de TDT". Nos últimos anos, o governo e os empresários, liderados pelo grupo *Clarín* brigam na Corte Suprema e até em tribunais provinciais em torno do cumprimento do Artigo 45[11] da lei, que limita em 34 o número de licenças para um só concessionário – contando, inclusive, as de TV a cabo –, mas o conglomerado argentino oligopolista tem quase dez vezes essa quantidade. A peleja judicial segue forte, com litigações

[9] Uma curiosidade: em espanhol, similidades linguísticas à parte, a televisão digital é conhecida pelo acrônimo "TDT", e não "TVD", como se costuma usar no português brasileiro.
[10] Em 10 de outubro de 2009, o Congresso aprovou a Ley 26.522/09 (Ley de Servicios de Comunicación Audiovisual). A regulação do sistema de audiovisual ficou sob a responsabilidade da Chefia de Gabinete de Ministros juntamente com o órgão regulador de aplicação (*Autoridad Federal de Servicios de Comunicación Audiovisual*, AFSCA) (Krakowiak; Mastrini; Becerra, 2012, p. 204).
[11] De acordo com o artigo 45 da lei, relacionado à multiplicidade de licenças, cada grupo somente pode ser concessionário, em nível nacional, de dez licenças de rádio e televisão aberta, e 24 de televisão a cabo. Além disso, nenhum canal de TV pode chegar a mais de 35% de alcance de mercado no país.

de toda sorte, apesar de o artigo da *Ley* que trata do limite à concentração ter sido julgado constitucional pela Corte. Ainda assim, mesmo considerando o peso do Estado como impulsionador indispensável da TV digital, a nova legislação para o setor e o surgimento de sólidas políticas públicas para o audiovisual, o cenário da radiodifusão passou por uma reconfiguração relevante na Argentina quando analisado sob a ótica das influências políticas e econômicas dos grupos empresariais dominantes. Deve-se levar em conta ainda que lá a TV aberta não é rentável como a TV paga, uma vez que o mercado foi construído com outro formato, privilegiando a TV a cabo, que começou a ser comercializada ainda nos anos 1960 e hoje alcança mais de 80% da população.

A Espanha é outro exemplo importante para compreender os limites das mudanças que *poderiam* ser induzidas pela digitalização da TV aberta, especialmente porque o país tem um perfil de uso televisivo bem parecido ao do brasileiro, com o aditivo de uma regulação e de políticas de comunicação confusas. A transição para a TV digital no velho continente como um todo não teve uma fase tão intensa de indefinições quanto ao sistema de transmissões, já que a norma DVB-T foi consensualizada na União Europeia ainda no começo dos anos 1990. Contudo, na Espanha, foi um complexo processo que durou de outubro de 1998 a abril de 2010, quando inicia a etapa do apagão analógico (Fuertes, Marenghi, 2012, p. 71). A TV hertziana aberta é consumida por 97,1% da população espanhola, enquanto, na Europa, a média é de 41%. Diferentemente do Brasil e da Argentina, as emissoras estatais são, na Espanha[12], assim como ocorre na maioria dos países europeus, a base de fundação da televisão no país. O monopólio e a centralização da radiodifusão, que foram instituídos, consolidados e mantidos sob o autoritarismo do regime ditatorial franquista, começaram a ser desmontados[13] somente nos anos 1980, durante o longo governo do socialista Felipe González (1982-1996). Apenas em 1988 surgem os primeiros canais privados de cobertura nacional.

Posteriormente, entre 1996 a 2004, sob o comando de José María Aznar, do conservador PP, várias medidas fiscais e administrativas deflagraram a formulação do Plano Técnico Nacional da Televisão Digital Terrestre (1998), que privilegiava os chamados canais "*múltiples*" em vez da transmissão em qualidade HD e definia o fim da transição para janeiro de 2012. Um ano depois, o operador Onda Digital S.A., com vínculos claros com o governo, teve direito a uma licença de três *múltiples* e meio (14 canais) e, em 2000, criou a plataforma *QuieroTV*, que, embora fosse hertziana ("terrestre"), pretendia estabelecer o serviço de televisão digital na modalidade de TV paga. Logo depois, surgiram a *Net TV* e a *Veo TV*, também vinculadas ao PP, surgem no mercado, mas as empresas acabaram se fundindo em 2002, ano em que começou a transmissão em *simulcasting*. De acordo com

[12] *La 1*, primeiro canal estatal, surge em 1956.
[13] No entanto, em 1980, com o *Estatuto de la Radio e la Televisión*, a *Radio e Televisión Española* (RTVE) passa a ter financiamento misto, com permissão para inserção publicitária. O estatuto também cria delegações territoriais para a TV pública e concede autorização para as comunidades autônomas gerirem canais públicos de televisão (Fuertes; Marenghi, 2012, p. 73).

Marta Fuertes e Patricia Marenghi (2012, p. 76-77), "o objetivo era contrapor a supremacia do *Canal Satélite Digital*, controlado pelo grupo *Sogecable*, contrário ao PP [Partido Popular] de Aznar". Apenas dois anos após obter a licença, a *QuieroTV* desapareceu, enterrando de vez os planos de constituir uma TV digital por assinatura. O projeto não se sustentou sob a lógica de um modelo de negócios que a obrigava a concorrer diretamente com canais pagos já bastante consolidados e com programações bem mais diversificadas, com dezenas de canais a mais. A realidade do acesso à *TDT* no país também contribuiu para o fracasso dessa empreitada comercial, já que, em 2003, somente 0,19% de penetração, fato precipuamente creditado à falta de incentivo à aquisição de equipamentos por parte do governo (Fuertes; Marenghi, 2012, p. 79). Naquele ano e em 2004, com a digitalização quase paralisada[14], eram transmitidos, só no sistema digital, *Net TV* e *Veo TV* e, em *simulcasting*, *TVE* (estatal), *Antena 3*, *Gestevisión* e *Sogecable*.

O ano de 2004, com a volta ao poder do partido socialista, tendo à frente José Luiz Zapatero (2004-2011), traz uma razoável inflexão nos rumos da TV digital espanhola e uma importante oscilação na estrutura de propriedade do mercado televisivo – apesar de, contraditoriamente, também ter sido derrubado um dos dispositivos que dificultavam a concentração, o limite de três concessões que era determinado pela *Ley de Televisión Privada* (1988). O governo de Zapatero ampliou[15] as concessões de TV hertziana, aumentando o reduzido oligopólio que era mantido durante quinze anos, num movimento que ficou conhecimento como "a última guerra analógica" (Fuertes; Marenghi, 2012, p. 79). A partir do aprendizado do caso *QuieroTV* e sob a tônica de um governo supostamente avançado se comparado ao anterior, o "relançamento" da TDT na Espanha é realizado pela *Ley 10*, de 2005, que previa "Medidas Urgentes para o Impulso da TV Digital Terrestre, para a Liberalização da TV a Cabo e para o Fomento ao Pluralismo". A partir de então, a TV digital espanhola era aberta e gratuita.

No mesmo ano, o "Novo Plano Técnico Nacional de Televisão Digital Terrestre" estabeleceu o apagão analógico para abril de 2010 e a consignação de um *múltiple* completo para cada operador até o fim da transmissões analógicas, entre outras especificações técnicas. "Com o novo plano, em que foi realizada uma generosa divisão de frequências, houve a 'paz digital' (Fuertes; Marenghi, 2012, p. 81). Este fato já insinuava que os *cambios* do governo socialista não eram infalivelmente reestruturadores da radiodifusão do país e antecipava, em parte, o que viria fortemente a partir de 2009, na onda da crise capitalista mundial que atingiu de forma mais aguda a Espanha[16], resultando numa série de revisões da regulação da televisão, o que proporcionou mais abertura comercial e mais concentração no setor.

[14] Apesar disso, em março de 2004, foi lançado o Plano Nacional de TV Digital Local (*Real Decreto nº 439*), que, entretanto, não se converteu em ações concretas.
[15] Um acontecimento representativo foi a negação, para a *Veo TV* e para a *Net TV*, dos pedidos para transmitir em analógico. Em vez disso, foi outorgada a concessão para um novo canal aberto, *La Sexta*, em março de 2006.
[16] Além de outros países da região do Euro, como Grécia, Portugal, Irlanda e, mais recentemente, Chipre, embora a crise seja de envergadura mundial.

Atualmente, após a transição praticamente ter sido finalizada (mais de 98% de adesão), a "era digital" da TV espanhola conserva duas das principais características do período anterior: o peso do capital estrangeiro, presente em todos os operadores, e a forte concentração da propriedade empresarial, caricaturas de um cenário que dilui a promessa de que a digitalização traria consigo maior pluralidade e diversidade (Fuertes; Marenghi, 2012, p. 83 e 87).

Na Europa, há casos emblemáticos de manutenção ou de piora do nível de competição dos mercados, cada vez mais oligopolizados, e até retrocessos relevantes em relação à comunicação pública, por exemplo, como aconteceu em Portugal, com a privatização de canais públicos. Na França, mesmo com uma digitalização mais transparente e aberta, ao fim, foi reforçado o duopólio *TFI* e *Canal+*. No Reino Unido, ainda nos anos 1980, o governo quis ser precursor ao licenciar um serviço de TV via satélite usando a tecnologia HD-MAC, mas o processo, dificultado por obstáculos técnicos e econômicos, foi uma das causas da concentração do mercado conquistada pela Sky[17] (Smith[18], 1999 *apud* Mota; Tome, 2005, p. 77). Mais recentemente, durante a introdução da TV digital terrestre, houve corte de investimentos na BBC. Nota-se que, mais uma vez, as propaladas melhorias das tecnologias digitais, que indicavam o fortalecimento da concorrência no mercado de TV, favoreceram empresários que mantêm boas relações com os chefes de governo.

Enquanto isso, a televisão pública se posiciona como coadjuvante ao receber o mesmo tratamento a que os comerciais analógicos tinham direito, o que, fatalmente, ocasiona uma desnutrição financeira e política dos sistemas de comunicação que dependem do Estado[19]. Conforme destacam Luis A. Albornoz e Maria García Leiva (2012b, p. 285), a TV digital europeia tampouco foi capaz de oferecer à audiência muitas novidades no quesito conteúdo ou de financiar o surgimento de novos canais que modificasse o mercado de audiovisual. Mesmo com o sistema DVB, que, ao menos em discurso, preconizava e estimulava a multiplicação de operadores, não foi, até o momento, há a repetição dos mesmos gêneros da televisão analógica, no qual sobressai o modelo tradicional da televisão generalista, a exemplo da Espanha. Além disso, não existem interatividade nem acessibilidade nos serviços à disposição, que, em geral, são "anedóticos" (Fuertes; Marenghi, 2012, p. 90-91). A adoção da segunda geração do sistema europeu de TV digital (DVB-T2), implementado preponderantemente nos países mais retardatários, pode representar algum incremento no negócio da *TDT*. Outro impulso esperado pela radiodifusão é a chamada "TV híbrida", que já está presente em

[17] A *Sky*, conglomerado de mídia controlado pelo australiano Rupert Murdoch, aproveitou brechas na legislação implantar o sistema usando o satélite analógico ASTRA, embora a licença do *BSkyB* fosse para transmissão utilizando o HD-MAC digital (Mota; Tome, 2005, p. 77). Poucos anos depois, acentuadamente a partir de 1993, o HD-MAC seria abandonado para a criação do DVB.

[18] SMITH, Paul. The Politics of UK Television Policy: the Introduction of Digital Television. **International Journal of Communications Law and Policy**, London, Issue 3, summer 1999.

[19] Uma relevante exceção é a França, onde o governo cobra um imposto anual por domicílio, o "*redevance*", que é a principal fonte de receitas dos veículos de radiodifusão públicos do país.

países como o Reino Unido e a Alemanha. Mais difundida no Brasil como "TV conectada", o aparelho, além de captar o sinal digital, tem a Internet como canal de retorno e como suporte de acesso a serviços interativos (Albornoz; García Leiva, 2012b, p. 273).

No Brasil, as mudanças vieram?

Na parte de produção de conteúdos, as emissoras brasileiras também não investiram tanto na difusão de conteúdos digitais que trouxessem um diferencial em relação à programação anterior. Mesmo assim, quando fazem, na maior parte das vezes, utilizam apenas a alta definição, conforme já avaliava Arlindo Machado (2009, p. 223). Antes ainda, em 2005, quando sequer o sistema tecnológico havia sido, o diretor do grupo *RBS*, Romero Vieira da Rosa, em entrevista publicada na pesquisa de Carlos Montez e Valdecir Becker (2005, p. 179), também expunha as limitações próprias do meio televisivo. A TV, pela própria dinâmica de demandar quase 24h de conteúdos inéditos todos os dias, dada a rápida obsolescência dos programas, exige que as produções sejam baratas e flexíveis, mas, ao mesmo tempo, com qualidade. "Se analisarmos hoje, os produtos da televisão brasileiros estão muito baixos, estão muito aquém do que o telespectador quer ver. Tem muita violência, muita produção barata. É muito caro fazer produção de qualidade", avaliava Vieira da Rosa. O impasse permanece: a digitalização não pode dar-se somente no momento da transmissão. Mais do que isso, a TV digital, pelas conjecturas que foram feitas, deveria ser uma televisão que teria o HD como pressuposto e, se possível, alguma inovação agregada para que as redes correspondessem, sob a visão do telespectador, mais do que uma mera motivação para a troca do aparelho ou para a compra do conversor, a própria justificativa da transição do analógico para o digital.

Não obstante essa exigência, passada meia década do início das transmissões, de acordo com o *Mídia Dados*[20], a *Globo*, por exemplo, tem limitado as veiculações em HD aos programas que ocupam o horário nobre, que exibem filmes ou que são âncoras nos finais de semana. A emissora carioca não chega a abranger todos os telejornais ou mesmo todas as novelas da grade, apesar de estes produtos serem considerados "vitrine" da rede. Tampouco a oferta de alta definição progrediu entre 2011 e 2012, sinalizando o pequeno interesse em expandir a qualidade para programas mais convencionais, como os de auditório e os de humor. O *SBT* segue a lógica da emissora líder, inclusive na manutenção dos mesmos programas em alta definição entre os anos relatados, mas só consegue transmitir os filmes com essa qualidade eventualmente. Já a *Record* amplia essa seleção e inclui, no leque de programas transmitidos em HD, telejornais, programas de auditório, séries estrangeiras e até *reality shows*. Como mostra o comparativo, nos últimos dois anos, ao contrário das rivais, a emissora paulista ampliou ainda

[20] O anuário é uma publicação do Grupo de Mídia São Paulo. Na seção sobre as emissoras que operam em HD, os editores utilizam informações repassadas pelas próprias empresas.

a quantidade de programas que são veiculados em alta definição. Já a *Bandeirantes*, nos dois anos, demonstra acentuado interesse em manter a maioria da grade em HD, sendo possível perceber que a substituição de atrações não levou à redução da parcela de programação veiculadas com essa qualidade de produção e transmissão. Por fim, sem qualquer especificação quanto à programação, a *Rede TV!* declara que toda a grade da emissora é em alta definição para todo o país. À parte a evolução de um ou outro caso entre 2012 e 2013, a sequência de conteúdos que o *broadcasting* distribui para o grande público brasileiro transparece uma qualidade parecida tanto do ponto de vista estético quanto do técnico. Os programas, em geral, são os mesmos, o que faz da grade uma imitação – muitas vezes piorada – daquela anterior, e até as interferências no sinal, como "chiados", são relatados[21] por telespectadores.

Uma das conclusões que derivam do diagnóstico acima é que sequer a tão celebrada alta definição confirmou-se na realidade cotidiana dos brasileiros. Adiciona-se o fato que a qualidade HD somente é acessível aos domicílios que possuem televisores de LCD ou de plasma. De nada adianta o conversor de analógico para digital se a projeção das imagens vai dar-se em aparelhos de tubo, que não tem a capacidade de mostrar as imagens em alta definição. Esse é um elemento que permite questionar por que, então, a TV digital é tão promovida pelo governo e também pelas emissoras, ainda que se considere uma propaganda enganosa. Ainda que de outra forma, essa mesma história também aconteceu nos Estados Unidos, no meio da transição. Além da obsolescência ocorrida devido ao avanço da tecnologia de aparelhos de TV, conversores e decodificadores, o problema mais sério aconteceu entre 2005 e 2006, quando o mercado mudou as transmissões de SD para HD, processo que foi motivado, em grande parte, pela necessidade de venda de novos televisores (Starks, 2012, p. 59). Se lá, onde a TV aberta tem influência bastante reduzida devido à envergadura da TV paga, houve essa controvérsia em torno da renovação dos equipamentos, as apostas dos resultados que poderiam ser conseguidos no Brasil eram imensamente maiores. Por isso, as demandas criadas pela indústria eletroeletrônica são centrais para compreender a pressa em induzir a população à assumir a digitalização e a convergência midiáticas como um acontecimento irreversível. Em 2010, uma ilustrativa estimativa abria uma reportagem especial da *Revista da SET*: "os 191 milhões de habitantes irão gastar nos próximos anos 100 bilhões de dólares na troca de televisores analógicos por digitais". É primária, objetiva e direta a incidência desses empresários na ampla promoção e na rápida efetivação de uma transição tecnológica que, antes de ensejar qualquer vantagem real para a grande maioria da população e até para os empresários da radiodifusão, provenha-lhes um – este, sim – certo "dividendo digital".

[21] Em Fortaleza, em um site dedicado a acompanhar as transmissões da TV digital na capital cearense, são comuns reclamações de grandes interferências, de som ruim e até de perda de sinal na recepção dos sinais das emissoras do estado que são afiliadas da principais redes nacionais, como a *TV Verdes Mares* (*Globo*) (**PORTAL HDTV Fortaleza**. Disponível em: <http://www.portalhdtvemfortaleza.com.br>. Acesso em: 03 mar. 2013).

Num segmento industrial que se anunciava totalmente estrangulado com a chegada ao teto da penetração do veículo no país, a TV digital foi construída como uma solução comercial perfeita. Ela alia a chantagem da obsolescência programada, que torna o útil supérfluo e o aparente, necessário, com o desejante discurso da "sociedade do conhecimento", que teria na tecnologia um código imprescindível para acessá-la. Portanto, a manutenção do mercado de TVs é sustentada por uma dupla migração: do analógico para o digital, mas também das telas "de tubo" para as telas "finas". O resultado disso se expressa nos levantamentos da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) e da Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos (Eletros). Mesmo com o alto grau de presença da TV nos lares brasileiros e com a conjuntura de menor crescimento do PIB, a comercialização de televisores não só aumenta. Em termos gerais, contabilizando todos os tipos de aparelhos, entre janeiro e novembro de 2012, foram vendidas 225.867 unidades a mais do que no mesmo período de 2011, o que representa uma evolução positiva de 1,74% (**Tabela 1**). Quanto à proporção de vendas entre a tecnologia tradicional e os *displays* de LCD/plasma, de janeiro a novembro de 2011, os aparelhos de CRT (tubos de raios catódicos na sigla[22] em inglês) representavam 22,2% do total vendido de todas as TVs. Em apenas três anos, de 2009 a 2012, a venda de aparelhos de CRT passou de mais de 50% para menos de 9% de todas as TVs vendidas. Quando a comparação se dá pelo faturamento, a distância entre as cifras acentua a já profunda diferença entre as produção dos principais tipos de televisor. De acordo com os últimos dados consolidados, referentes ao período de janeiro a novembro de 2011, a soma das vendas de LCD (US$ 6.270.314.086) e de plasma (US$ 465.781.554) supera em mais de vinte vezes o valor obtido pela comercialização de CRT (US$ 344.797.497).

Tabela 1 – Produção de aparelhos de televisão na Zona Franca de Manaus

Display	Jan./nov. 2009	Jan./nov. 2010	Jan./nov. 2011	Jan./nov. 2012
LCD	3.476.005 (42,02%)	7.533.209 (66,22%)	10.159.605 (77,80%)	11.758.072 (88,19%)
Plasma	287.272 (3,47%)	401.099 (3,52%)	381.621 (2,92%)	409.635 (3,07%)
CRT	4.510.043 (54,51%)	3.443.428 (30,26%)	2.517.538 (19,28%)	1.164.913 (8,74%)
TOTAL	8.273.320 (100%)	11.377.736 (100%)	13.058.764 (100%)	13.332.620 (100%)

Fonte: Elaboração própria com base em dados da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) e da Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos (Eletros).

Apesar de grande parte dessas questões ter sido exposta ainda àquela época – ou mesmo antes –, o mantra tecnocêntrico sobressai mesmo entre pesquisadores que lidam direta e cotidianamente com as questões que emergem em torno das indústrias mobilizadas pela televisão. "A TV analógica esgotou suas possibilidades de melhoramento tecnológico; não há como expandi-la ou melhorá-la para atender

[22] *Cathodic Ray Tube*.

às demandas que surgiram com a Era do Conhecimento", já vaticinavam Montez e Becker (2005, p. 41) num período em que a *Rede Record*[23], em sustentada ascendência[24], buscava firmar-se no posto de vice-líder de audiência no *share* televisivo brasileiro (Brittos, 2009), que, igualmente, mantinha-se em crescimento. Em dez anos, o faturamento da TV aberta mais que triplicou, passando de R$ 5,65 bilhões, em 2002, a R$ 18,01 bilhões, em 2012, num período de intenso crescimento da Internet e da TV paga[25]. Os encaminhamentos que se têm dado às transições do analógico ao digital nos países, ao serem analisados por correntes mais críticas ao determinismo tecnológico, também depõem contra construções argumentativas majoritariamente mecanicistas dos "tecnologistas", como Enrique Bustamante (2012) denomina pesquisadores e outros atores que veem poderes ilimitados na evolução tecnológica da TV. Esse grupo insiste em afirmar que a televisão "*as we know*" tem se deteriorado em benefício de um audiovisual absolutamente individual, interativo e, inclusive, autorrealizado pelos usuários. "Mas a realidade é teimosa e demonstra isso em dados empíricos: a audiência média da televisão aberta no modelo clássico, ponto-massa, não deixou de crescer praticamente me nenhum ponto do mundo" (Bustamante, 2012, p. 17). Mesmo quanto aos termos limitados de melhoria de som e imagem, o básico da digitalização, as emissoras têm respondido com lentidão ao processo de transição[26] Adicionalmente, algumas emissoras possuem arquivos audiovisuais consideráveis, que podem ser explorados em canais digitais; outras têm uma reputação na qualidade ou um nome forte (Leurdijk, 2007 *apud* Becker; Zuffo, 2009, p. 60).

Tecnologias demandam observação a longo prazo, sem futurologias

A dialética ensina que todos os vieses de um processo devem ser observados para a compreensão global, sob pena de creditar valores exagerados a excertos da realidade. Isso demanda verificar se, mesmo com receitas e lucros em estável evolução, as empresas de radiodifusão mostram-se sustentáveis a médio e longo prazos. Notícias de crise nas principais redes de televisão do Brasil e do mundo têm sido reincidentes, o que tampouco implica a fragilidade sistêmica do setor, apontam os defensores da TV digital interativa e em alta definição ou da Internet como substitutas do *broadcasting*. Esse pode ser apenas mais um movimento do mercado que fortalece a tendência monopólica na atual

[23] A *Rede Record*, controlada pela Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), representa bem as perspectivas de crescimento que ainda se abrem para a TV comercial aberta no Brasil. E também é útil para que se vá além do *case* de sucesso da *Rede Globo*, cuja invencibilidade já tem sido posta à prova várias vezes nos últimos anos.
[24] "Para se ter uma ideia, em 2004 tivemos o faturamento de R$ 500 milhões, 50% a mais que ano anterior. Em 2005, crescemos 40% sobre os R$ 500 milhões, que dá R$ 700 milhões. No próximo ano, quando teremos lançamentos na grade, queremos crescer 35%, em relação há 2005, ou seja, R$ 945 milhões", afirmava, no final de 2005, Walter Zagari, superintendente comercial da emissora paulista (TAKANO, Andréia. *Record* fecha o ano com faturamento de R$ 700 milhões. **Portal Terra**, 18 nov. 2005. Disponível em: <http://bit.ly/Y9pdDH>. Acesso em: 26 fev. 2013).
[25] MANZANO, Rodrigo. Mercado cresce 8,5% e TV tem share recorde. **Meio & Mensagem**, 08 mar. 2012. Disponível em: <http://bit.ly/XUqIXm>. Acesso em: 27 fev. 2013.
[26] Como será abordado de forma mais detida a seguir.

fase capitalista, da qual a área das comunicações não escapam. Na tentativa de enfrentar a pressão inflacionária e o aumento de custos fixos, aquisições e fusões têm ocorrido com mais intensidade na área das comunicações desde a segunda metade dos nos 1980, "com ingresso de novos capitais, transferências acionárias, alianças, acordos e associações em geral" (Bolaño; Brittos, 2007, p. 30).

A partir da concorrência com as plataformas multimídia e com a oferta de serviços em *combos* nos anos 1990 e 2000, torna-se ainda mais impositiva uma readequação do funcionamento das empresas de radiodifusão. Nesse sentido, o fato de haver demissões de profissionais mais bem remunerados *star system*, cortes de investimentos ou rebaixamento na qualidade da programação para contornar dificuldades nas finanças de uma ou de outra emissora[27] está longe de indicar o estado terminal da televisão tradicional como um todo. Pode representar apenas mais uma reacomodação do mercado, com a provável compra da empresa por investidores de outros setores da economia[28] ou por empresários da radiodifusão, aprofundando a concentração que caracteriza a propriedade de rádio e televisão no Brasil.

A média ponderada que se obtém das experiências internacionais deixa claro que, se o SBTVD, que obviamente ainda está longe de ser consolidada, *poderia* ter sido muito mais do que é, esta não era um desejo interrompido que se limitou às frustrações generalizadas manifestadas em torno da TV digital apenas no Brasil. Pelo contrário, a comunidade acadêmica, os movimentos sociais e os gestores públicos da comunicação, num dado momento – especialmente nos três primeiros anos do governo Lula, de 2003 a 2006 –, deveriam ter-se mirado no repertório já traçado pelos países onde a digitalização caminhava em fases mais consolidadas e pouquíssimo exitosas quanto aos objetivos que embalavam o sonho de um novo momento para a televisão.

Essa olhada para trás nas agendas do outro lado do Atlântico ou mesmo aqui ao lado não teria o objetivo de copiar receitas de implementação nem mesmo de transpor configurações do sistema tecnológico – como, aliás, aconteceu ao adotar a norma japonesa. Poderia até ocorrer de nada (da política à técnica) ser aproveitado, mas pelo menos ficaria mais evidente, no diagnóstico, a avaliação de que não é a tecnologia o combustível prioritário da mudança do mercado de televisão. A ideia de serviço público que deveria sempre orientar as regulações da radiodifusão foi fragilizada e forma igualmente nociva ou ainda mais prejudicial se comparada ao período analógico.

A TV digital e todo o discurso manietado por governos e corporações, numa cumplicidade duvidosa, foram instrumentalizados para, entre outras intenções, reposicionar os agentes econômicos sem, contudo, levar a uma ampliação relevante dos segmentos sociais com direito a obter outorgas – às vezes, contrariamente, até induzindo a concentração; de reequilibrar conjunturalmente as forças

[27] Como tem ocorrido com a *Rede TV!* e com a *Record*, especialmente entre 2011 e 2013.

[28] O magnata Eike Batista, megaempresário que explora diversos ativos, já especulou a possibilidade de comprar a *RedeTV!*, que enfrenta uma crise "herdada", na verdade, com a aquisição da antiga *Rede Manchete* (EIKE Batista pode ter Rupert Murdoch como sócio no SBT, diz Veja. **Comunique-se**, 01 out. 2012. Disponível em: <http://bit.ly/PO1tDl>. Acesso em: 03 out. 2012).

políticas para fortalecer o governo da ocasião; e para manter o caráter secundário ou até penalizar novamente as emissoras públicas, que tiveram insignificantes melhorias na infraestrutura e na produção de conteúdos, resguardadas exceções que confirmam a regra. Em que pese essa extensa "folha corrida" da TV digital, a transição que se apontava serviu como excelente anteparo para a construção de um *álibi técnico* muito útil aos gestores mais conservadores e aos interesses dos líderes do mercado, embasando tanto a alegada impessoalidade do Estado na justificativa de definições absolutamente discricionárias quanto a autorreferenciada dedicação dos radiodifusores na busca de uma "televisão aberta, gratuita e de qualidade" pretensamente em benefício dos telespectadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBORNOZ, Luis A.; GARCÍA LEIVA, Maria Trinidad. Televisión digital terrestre: caracterización, antecedentes e importância. In: _____. **La Televisión Digital Terrestre**: experiencias nacionales y diversidad en Europa, América y Asia. Buenos Aires: La Crujía, 2012a, p. 15-22.

_____. Televisión digital terrestre: geopolítica, economía y diversidad. In: _____. **La Televisión Digital Terrestre**: experiencias nacionales y diversidad en Europa, América y Asia. Buenos Aires: La Crujía, 2012b, p. 269-292.

ALMAS, Almir; JOLY, Ana Vitoria. Televisão Digital Brasileira e Acesso Público. In: SQUIRRA, Sebastião; BECKER, Valdecir (Orgs.). **TV Digital.Br**: Conceitos e Estudos sobre o ISDB-Tb. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009, p. 73-100. (Coleção azul de comunicação e cultura).

BADILLO, Ángel; MARENGHI, Patricia. Estándares tecnológicos, batallas económicas y la transición digital del audiovisual terrestre en Latinoamérica. In: BADILLO, Ángel; SIERRA, Francisco (Eds.). **La transición a la televisión digital en latinoamérica**: diagnóstico e prospectiva. Quito (Equador): Ciespal, Quipus, 2011, p. 6-20. [Versão *e-book* em formato PDF disponibilizada por e-mail por Ángel Badillo <abadillo@gmail.com> em 20 jul. 2012].

BECERRA, Martín; MASTRINI, Guillermo. **Los Dueños de La Palabra**: acceso, estructura y concentración de los medios en la América latina del Siglo XXI. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008.

BECKER, Valdecir; ZUFFO, Marcelo Knörich. Interatividade na TV digital: estado da arte, conceitos e oportunidades. In: SQUIRRA, Sebastião; FECHINE, Yvana (Orgs.). **Televisão digital:** desafios para a comunicação. Porto Alegre: Sulina, 2009, p. 44-67. (Livro da Compós – 2009).

BOLAÑO, César; BRITTOS, Valério Cruz. **A televisão brasileira na era digital**: exclusão, esfera pública e movimentos estruturantes. São Paulo: Paulus, 2007.

_____. Televisão Digital, Convergência e Transição Tecnológica no Brasil. In: SQUIRRA, Sebastião; FECHINE, Yvana (Orgs.). **Televisão digital:** desafios para a comunicação. Porto Alegre: Sulina, 2009, p. 301-323. (Livro da Compós – 2009).

BRITTOS, Valério. Digitalização, democracia e diversidade na fase da multiplicidade da oferta. In: _____ (Org.). **Digitalização, diversidade e cidadania**: convergências Brasil e Moçambique. São Paulo Annablume, 2009, p. 17-30.

BUSTAMANTE, Enrique. Prólogo. La TDT como laboratorio de tendencias e escenarios. In: ALBORNOZ, Luis A.; GARCÍA LEIVA, Maria Trinidad. **La Televisión Digital Terrestre**: experiencias nacionales y diversidad en Europa, América y Asia. Buenos Aires: La Crujía, 2012, p. 15-22.

FUERTES, Marta; MARENGHI, Patricia. España: multiplicación de señales, nuevos operadores e financiación incierta In: ALBORNOZ, Luis A.; GARCÍA LEIVA, Maria Trinidad. **La Televisión Digital Terrestre**: experiencias nacionales y diversidad en Europa, América y Asia. Buenos Aires: La Crujía, 2012, p. 71-100.

KRAKOWIAK, Fernando; MASTRINI, Guillermo; BECERRA, Martín. Argentina: razões geopolíticas e perspetivas econômicas. In: ALBORNOZ, Luis A.; GARCÍA LEIVA, Maria Trinidad. **La Televisión Digital Terrestre**: experiencias nacionales y diversidad en Europa, América y Asia. Buenos Aires: La Crujía, 2012, p. 195-222.

MACHADO, Arlindo. O mito da alta definição. In: SQUIRRA, Sebastião; FECHINE, Yvana (Orgs.). **Televisão digital:** desafios para a comunicação. Porto Alegre: Sulina, 2009, p. 223-230. (Livro da Compós – 2009).

MIGUEL, João. Convergência tecnológica e implicações político-comunicacionais. In: BRITTOS, Valério (Org.). **Digitalização, diversidade e cidadania**: convergências Brasil e Moçambique. São Paulo Annablume, 2009, p. 45-62.

MOTA, Regina; TOME, Takashi. Uma nova onda no ar. p. 51-84. In: BARBOSA FILHO, André; CASTRO, Cosette; TOME, Takashi (Orgs.). **Mídias Digitais:** convergência tecnológica e inclusão social. São Paulo: Paulinas, 2005.

STARKS, Michael. El Reino Unido: consenso e planificación. In: ALBORNOZ, Luis A.; GARCÍA LEIVA, Maria Trinidad. **La Televisión Digital Terrestre**: experiencias nacionales y diversidad en Europa, América y Asia. Buenos Aires: La Crujía, 2012, p. 43-70.